

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR E O SEU TRATO PEDAGÓGICO

REFLECTIONS ON EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE SCHOOL CURRICULUM AND ITS PEDAGOGICAL TREATMENT

Érica Taynara Alves dos Santos Dutra¹

Resumo

Este ensaio trata da importância da Educação para as relações étnico-raciais no cenário educacional, as mudanças possíveis a partir de sua concepção, seus desafios e perspectivas. Além disso, discutimos sobre o racismo e suas implicações, ao passo que buscamos colaborar com o debate antirracista, e com a valorização e o reconhecimento da história, cultura e contribuições negras em nossa sociedade. Neste sentido, revisitamos o processo histórico de inserção dos negros no contexto das salas de aula e destacamos a necessidade de repensar o currículo escolar na perspectiva decolonial. Assim, ressaltamos a necessidade de analisar criticamente o trato pedagógico das questões raciais refletindo a história de nossa sociedade como forma de promovermos uma educação que forme cidadãos críticos e reflexivos, em prol de uma sociedade que trabalhe pela equidade.

Palavras-Chave: Decolonialidade; Educação; Relações étnico-raciais.

Abstract

This study deals with the importance of Education for ethnic-racial relations in the educational scenario, the possible changes from its conception, its challenges and perspectives. In addition, we discuss racism and its implications, while we seek to collaborate with the anti-racist debate and with the appreciation and recognition of black history, culture and contributions in our society. In this sense, we revisit the historical process of insertion of black people in the context of classrooms and highlight the need to rethink the school curriculum from a decolonial perspective. Thus, we emphasize the need to critically analyze the pedagogical treatment of racial issues, reflecting upon the history of our society as a way of promoting an education that forms critical and reflective citizens, in favor of a society that works for equity.

Keywords: Decoloniality; Education. Ethnic-racial relations. Decoloniality.

Introdução

O preconceito, a discriminação racial e o racismo continuam alarmantes em todo o mundo, manifestando-se de formas cruéis, seja por meio da violência física,

¹ Licenciada em História (UNEB/ Campus VI), Pós-graduada em Metodologia do Ensino da História e Geografia (UNINTER), Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/ UNEB -campus VI). E-mail: taynarasdutra@gmail.com

psicológica ou simbólica, nos mais diferentes cenários; deles resultam muitos males de nossa sociedade, tais como: desigualdade, marginalização, inferiorização, vidas ceifadas, realidades banalizadas, histórias marcadas, dentre outros. Diante disso, ressaltamos a necessidade de refletirmos sobre estes conceitos tão presentes e negativamente marcantes em nosso cotidiano, esclarecendo-os para melhor combatê-los e debatê-los.

Define-se preconceito como “conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto; Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção” (MICHAELIS, 2010, p. 693), neste sentido, forma-se uma ideia pré-concebida sobre algo ou alguém, extraído de forma superficial e sem nenhum exame crítico, trazendo consigo o sentimento de hostilidade e intolerância. A definição de discriminação, por sua vez, é a “capacidade de discriminar ou distinguir; discernimento, ato de segregar ou de não aceitar uma pessoa ou um grupo de pessoas por conta da cor da pele, do sexo, da idade, credo religioso, trabalho, convicção política etc.” (MICHAELIS, 2010, p. 304). Enquanto que o racismo é definido como uma “teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias), como doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras; Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior” (MICHAELIS, 2010, p. 724).

Estes conceitos, aos serem articulados, moldaram as diferentes faces das desigualdades sociais e raciais no Brasil, perpassando por vários espaços, inclusive, pelo ambiente escolar. Partindo da necessidade de agir para desconstrução e superação dos mesmos, devemos promover a produção e divulgação de conhecimento, e a conscientização de docentes e discentes com relação aos danos causados pelo racismo em nossa história.

Neste bojo, buscamos refletir a partir deste estudo, sobre a Educação para as relações étnico-raciais e sobre seus desafios e perspectivas, assim como objetivamos discutir sobre o racismo e suas implicações, visando compreender e problematizar os seus desdobramentos, agindo para a sua desconstrução, ao passo que buscamos colaborar para a valorização e o reconhecimento da história, cultura e contribuições negras em nossa sociedade. Deste modo, refletimos que trabalhar temas como

preconceito, intolerância e discriminação racial ainda se constituem como grandes desafios na prática de muitos docentes frente ao racismo estrutural, e ao perfil excludente apresentado pela nossa sociedade.

Percebemos que, na tentativa de evitar o conflito e o desconforto em sala de aula, muitos profissionais “ignoram” tais temas, ou tratam de maneira superficial, numa espécie de silenciamento. Ao ignorá-los, estes temas tendem a ser potencializados pela ignorância, e acabam por reforçar a prática da supervalorização do padrão cultural branco (europeu) com base na diferença, na desigualdade e na opressão dos demais grupos. Parafraseando o pensamento de Silvio de Almeida (2018), em seu livro *Racismo Estrutural*, o racismo não se restringe a uma ação ou fenômeno, ele é fruto de um processo histórico que inferioriza sujeitos por conta da raça, em uma lógica perversa que é estruturalmente reproduzida.

Desta forma, a educação para as relações étnico-raciais surge da necessidade de se repensar e transformar esta realidade, uma espécie de preocupação educacional na busca por políticas de reparação e reconhecimento, como forma de investigar e problematizar as questões étnico-raciais no contexto da sala de aula. Busca-se, com isso, a garantia de uma educação que supere o racismo e as desigualdades sociais, que evidencie a importância de se produzir conhecimento, e diversificar abordagens do ponto de vista da diversidade cultural, e da valorização das trajetórias de lutas e contribuições do povo negro em nosso país.

O racismo no cenário educacional e a inserção dos negros no contexto das salas de aula

Desde a chegada dos portugueses, a educação já se constituía como um projeto de formação de um tipo de sociedade, no Brasil Colônia a educação objetivava modelar os povos nativos e os africanos ao modo de vida europeia, mantendo-os na condição do trabalho escravo, convertendo-os ao catolicismo; enquanto que, a educação dos colonos preservava seus valores e religião, continuando a excluir os escravizados. Neste sentido, também não houve espaço ou incentivo para o ingresso de estudantes negros durante a propagação das escolas no Brasil Império, é possível perceber que a

própria inserção dos estudantes negros nos ambientes escolares partiu da disparidade, pois a educação, deste então, se pautou nos interesses na classe dominante.

Como sabemos, o Brasil foi o último país do ocidente a abolir legalmente a escravidão, em um processo que se deu pela pressão externa, pela resistência dos quilombos e pelos movimentos abolicionistas. Sabemos que a população de escravizados foi largada à própria sorte, e conseqüentemente marginalizada dentro de um sistema de desvalorização e segregação. Observa-se que a discriminação racial, e o racismo, manifestam-se há mais de três séculos em nosso país, legando à população negra a inúmeras violações e um longo histórico de lutas e resistência.

A crueldade e a desumanização originários da escravidão deixaram conseqüências e reflexos que ultrapassam os séculos, pois temos a pobreza, a discriminação e a violência que continuam a assolar a população negra, como reflexos que “naturalizam” o preconceito e a marginalização dos grupos negligenciados em nosso país de forma institucionalizada.

Fazendo um breve apanhado, podemos notar que, desde o período da escravidão, já haviam grupos e manifestações de resistências que objetivavam romper com as desigualdades e injustiças impostas. Podemos observar os apontamentos históricos sobre o Movimento Negro Brasileiro, seguindo a linha de estudos de Petrônio Domingues (2007), onde destacamos as ações e a formação dos quilombos como importantes movimentos de resistência e luta, um tempo depois, o Movimento Liberal Abolicionista, posteriormente como a Imprensa Negra Paulista, a Frente Negra Paulista, a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, até chegar ao Movimento Negro Unificado (MNU), em um período de 90 anos após a abolição, com o intuito de combater o racismo e o preconceito por meio de protestos, atos e denúncias.

Para Jones (2002) o racismo é um sistema que consiste em estruturas, políticas, práticas e normas, a partir das quais os valores são atribuídos com base no fenótipo ou na aparência das pessoas. O impacto injusto desse sistema prejudica e desfavorece indivíduos e comunidades, bem como favorece injustamente outros indivíduos.

Partindo desta perspectiva, o racismo se manifesta de formas variadas, desde comportamentos velados, xingamentos, piadas, comparações, segregação, até chegar a exaltação dos padrões estéticos brancos. Além disso, podemos destacar a pouca

representação dada aos negros nos livros e materiais didáticos, nas ciências e na política, decorrente dos processos de invisibilização, bem como uma série de exclusões geradas por inúmeras barreiras e dificuldades de acesso. O processo de marginalização e desvalorização foi repassado por gerações, sendo fortalecido pelo mito da democracia racial, que nega a existência do racismo no Brasil. Neste sentido, a escola mais do que nunca deve assumir o seu papel de problematizar e agir para eliminação de discriminações e pela ruptura deste ciclo.

Ao evidenciarmos a necessidade e a relevância do debate acerca das questões étnico-raciais objetivamos promover a reflexão acerca da própria estruturação social, econômica e histórica do nosso país. Neste contexto, cabe ressaltar o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação para as Relações Étnico-Raciais, aprovada pelo parecer do CNE/CP 03/2004, e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, por meio dos dispositivos legais da Lei nº 10.639/2003, e sua alteração a partir da Lei nº 11.645/2008, como conquistas que são de extrema relevância ao longo do processo de luta e resistência do Movimento Negro, e como importantes instrumentos no debate antirracista no cenário educacional.

A Lei nº 10.639/2003 é fruto do contexto de lutas e resistência, constitui-se como uma relevante alteração da Lei nº 9.394/1996 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao trazer à luz a necessidade educacional da correção de uma desigualdade histórica que fortemente recai sobre a população negra em nosso país, pois:

O que está em causa nas Leis 10.639 e 11.645 é a busca por reconhecimento e adoção de um sistema educativo que exerça a alteridade. Acolher o Outro, em sua plenitude e complexidade, como condição de acolher a mim mesmo, sem reduzi-lo a categorias estereotipantes, vem sendo o desafio renovado da política global. (BORGES, 2015, p. 750).

Este marco legal surgiu como um grande desafio que, além de buscar destacar as contribuições afro-brasileiras na formação de nossa sociedade, visa também desconstruir o preconceito étnico-racial no ambiente escolar, propondo a análise dos currículos por meio dos estudos e do pensamento decolonial, visando a superação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e do mundo. Esse novo olhar traz em seu

bojo uma série de novas exigências e experiências, a exemplo da formação apropriada aos docentes, e a reflexão de práticas pedagógicas coerentes.

Estes dispositivos podem ser compreendidos como medidas de ações afirmativas das quais derivam políticas, práticas e projetos, que visam a superação das desigualdades sociais historicamente construídas. A legislação concernente impulsiona relevantes mudanças que apontam para a necessidade do currículo escolar ter uma base nacional comum, que seja condizente com a nossa cultura, marcas, características, respeitando também os aspectos regionais dos estudantes, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, o perfil e a estruturação da nossa população

A importância da educação para as relações étnico-raciais e o seu papel nas instituições de ensino

Em uma sociedade de passado escravocrata, com tantas marcas ainda latentes, lidamos com uma série de impedimentos para a plena efetivação das políticas e dispositivos de afirmação, reparação e reconhecimento racial, diante dos desafios da prática de se promover o aprofundamento e a compreensão das questões étnico-raciais no contexto das salas de aula.

Ao observarmos a aplicação e o trabalho prático acerca de tais questões, percebemos que somente a partir da promoção de pedagogias de combate e enfrentamento do racismo, da formação e orientação dos professores, e do planejamento de práticas pedagógicas atentas à realidade de nossa sociedade, poderemos conduzir o alunado à compreensão de sua própria condição, e sobre o seu pertencimento. Deste modo, os discentes terão a oportunidade de revisitar suas origens, suas crenças e seus preconceitos, tendo acesso ao conhecimento de nossa história por meio de uma visão crítica e questionadora, que os estimulem a repensar sobre as relações de poder estabelecidas e as desigualdades por elas geradas. Segundo Gomes:

A educação para as relações étnico-raciais que cumpre com seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens, e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar

posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e de dominação (GOMES, 2008, p. 83).

Cabe às instituições de ensino debater como se deu o processo de formação e manutenção das relações de poder em nosso país, explorando as razões ocultas no processo de dominação e na segregação dos dominados, agindo pela desconstrução dos padrões de inferioridade e superioridade. Tais questões devem ser problematizadas, ao tempo em que, são trabalhados também os conceitos de raça e etnia, bem como as noções de pertencimento étnico-racial, como forma de estimular uma visão cultural crítica da nossa história e da realidade ao nosso redor.

Nesse aspecto, deve-se considerar quanto ao pertencimento étnico-racial, podendo ser, descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos, que as propostas pedagógicas devem contemplar a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem os cidadãos de maneira a se tornarem orgulhosos do que eles são, para que assim possam interagir na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p.10).

Devemos trazer à reflexão pautas que estimulem os estudantes a perceberem quanto ao seu pertencimento étnico-racial, tendo a oportunidade de afirmar a sua identidade, compreendendo também a necessidade de valorização dos direitos de todos, a importância do respeito e das trajetórias de lutas por igualdade de condições.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – o que inclui aqui todos os conflitos que lhe são inerentes, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura, uma vez que, “as instituições são apenas materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto, as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 46). Observamos, portanto, que as instituições refletem a realidade da sociedade em que estão inseridas, e tendem a reproduzir os seus padrões de comportamento e suas relações. Em contrapartida, a escola enquanto instituição social e cultural, tem o dever de assegurar a educação

como direito de todos, posicionando-se contra toda forma de discriminação e desvalorização.

Pensando na sociedade que almejamos, pelo prisma da educação para as relações étnico-raciais, a escola deve agir para o fortalecimento de identidades e de direitos, em busca de enfrentar as dificuldades de se efetivar as pedagogias de combate ao racismo, e a toda forma de discriminação, ao considerar o processo de construção identitário dos estudantes frente as marcas do racismo.

Apesar de estarmos familiarizados com a escola, com seus atores e as situações sociais do seu cotidiano, isso não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social, nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (VELHO, 1997). A partir desta observação, devemos investigar e debater de forma ativa a realidade do cenário educacional, buscando “reeducar as relações” entre os diferentes grupos, oportunizando aprendizagens, diálogo, debate, produção, difusão e troca de conhecimentos, objetivando a construção de uma sociedade mais justa, no intuito de buscar superar as indiferenças e as desvalorizações imposta aos negros e indígenas.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados, precisa-se entender que o sucesso de uns, de determinado grupo social/racial, tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros grupos e indivíduos. Apenas após estas reflexões podemos começar a pensar sobre que perfil de sociedade queremos construir daqui para frente, pois, a educação é o principal mecanismo de transformação social, e para efetivá-la como tal, devemos compreender que a nossa sociedade é composta por diferentes grupos étnico-raciais, com histórias e culturas próprias e que é necessário promover materiais, pedagogias e análises críticas que objetivem eliminar conceitos, ideias ou comportamentos que reforcem qualquer tipo de discriminação e desvalorização racial.

“Para que as instituições de ensino desempenhem o papel de educar com eficácia, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa” (BRASIL, 2004, p. 14). A escola tem este papel de conscientizar sobre a eliminação das discriminações e emancipação dos grupos discriminados. Para isso, é necessário que as leis e diretrizes sejam estudadas, compreendidas e postas em prática, por meio

de diferentes dispositivos, produção de materiais, formação e orientação de professores, e pela viabilização de práticas pedagógicas que estimulem o debate acerca da identidade negra e do pertencimento étnico-racial, frente a um ensino que estimule o respeito e a reflexão com base em posturas antirracistas. Através da concepção da educação para as relações étnico-raciais, e de sua efetivação, é possível que as instituições de ensino promovam a problematização, visando a desconstrução dos preconceitos e de toda ordem de discriminação. Amplia-se assim, a visão consciente e crítica dos educadores e educandos para que possam compreender a pluralidade cultural, a construção das identidades em prol de uma sociedade mais justa.

Refletir o currículo a partir do pensamento decolonial

Ao pensarmos sobre a educação para as relações étnico-raciais e sua efetivação por meio de um ensino que considere a diversidade, é imprescindível que voltemos nosso olhar para a estrutura do currículo escolar e os elementos que o compõem, pensando a educação com base na perspectiva da decolonialidade; visto que, a seleção de conhecimentos e a estruturação do currículo estão interligados às relações de poder, a cultura dominante e as formas de organização da sociedade. Nessa direção, entendemos que o currículo não é algo neutro ou fixo, mas um reflexo de processos históricos e culturais.

Para compreendermos um pouco mais sobre as relações de poder e sua influência nos currículos, é necessário recorrermos ao conceito de Colonialidade, que, pode ser entendido como um fenômeno que propaga e sustenta comportamentos, discursos, ações e características de dominação provenientes do Colonialismo. Este fenômeno pode ser observado nas dimensões do poder, do saber e do ser, cunhados com base nos estudos do Grupo MCD (Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade), que é composto por Aníbal Quijano, Catherine Wash, Edgar Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo. Neste sentido, para Quijano (2002).

O atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de "raça" como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o

Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. (QUIJANO, 2002, p. 4).

Em outras palavras, a colonialidade do poder volta-se para as esferas da política e economia, no processo de hierarquização e classificação deste poder, a colonialidade do ser evidencia o campo das subjetividades, impondo elementos da subalternidade e da superioridade entre os povos, enquanto que a colonialidade do saber destaca a cultura e o conhecimento, a epistemologia do saber e a marginalização de outros grupos.

Na proporção em que, a colonialidade explica a manutenção do poder derivado da colonização em detrimento dos saberes criados por povos oprimidos, o pensamento decolonial, por sua vez, busca dar visibilidade a tudo aquilo que não é ocidental e eurocêntrico, dando espaço a tudo que, de algum modo, tenha sido invisibilizado. A decolonialidade vem como uma proposta de enfrentamento, decolonizar é muito mais que “descolonizar” política e economia, a decolonialidade tenta explicar o que está além da descolonização, nos seus aspectos políticos, econômicos, simbólicos, subjetivos e culturais.

Podemos refletir sobre o currículo como processo ou percurso trilhado pelos indivíduos pelo prisma da educação institucionalizada, logo, o currículo escolar é a base e o referencial de conhecimentos que se fixam por meio da proposição de conteúdos, atividades, habilidades/competências ou potencialidades a serem desenvolvidas para o bom desempenho do educando. Este currículo deve possibilitar um olhar crítico, com base em novas construções, e que mostre a diversidade brasileira de forma positiva, para que a realidade social, econômica e histórica seja problematizada, contrapondo-se aos elementos hegemônicos na construção das identidades de nossos estudantes.

Em decorrência de nosso processo histórico, os currículos escolares ainda refletem a valorização de culturas hegemônicas em detrimento de outras culturas. Essa valorização parcial cria e solidifica uma narrativa que atinge diretamente a realidade, e o modo de pensar de um povo, toca em suas percepções acerca de sua própria identidade e visão de mundo. Ressaltamos assim, a necessidade de que sejam

destacados outros saberes, superando e refletindo a narrativa branca, elitista e eurocêntrica.

Um olhar atento e decolonial acerca da construção dos currículos oportuniza a reflexão sobre o lugar dos privilegiados e da população subalternizada em nossa história, de um ponto de vista crítico, consciente e transformador. Repensar o currículo é uma estratégia de luta e resistência contra a estrutura imposta e corroborada, bem como uma oportunidade de rever as referências de conhecimento e os lugares deste conhecimento na formação e prática dos docentes, tendo em vista que

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 7-8).

Existe um distanciamento entre a estrutura legal prevista e o currículo prático, esse movimento de distanciamento entre a teoria e a prática faz com que muitos conteúdos e conceitos de relevância em nossa sociedade sejam negligenciados. Em vista disso, para que seja efetivado o papel estratégico da escola, os currículos necessitam de mudanças visando propostas que dialoguem com a realidade, com a diversidade, e que mostrem a representação do negro, dos indígenas e dos demais grupos discriminados, analisando os estereótipos construídos e o silenciamento promovido de forma crítica e enriquecedora.

Neste sentido, Alcoff (2016) analisa a necessidade de se pensar outros saberes, e acrescenta:

É realístico afirmar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social. (ALCOFF, 2016, p. 131).

Considerando o multiculturalismo, os movimentos de luta e a valorização das diferentes culturas, os currículos devem passar por uma reestruturação que suscite questionamentos acerca deste saber centralizado, que aponta para uma verdade

absoluta, e para a suposta democracia racial. Devemos buscar efetivar as políticas de afirmação e reparação em prol de novas construções, já que os currículos não podem ser vistos como meros descritivos dos conteúdos elaborados de forma desconexa, e não contextualizada, mas sim como um projeto de uma prática educativa social, com ação direta na formação e na concreticidade da vida do indivíduo; indivíduo este que deve ser desfrutar de condições para que se construa enquanto ser a partir de uma perspectiva crítica.

Segundo Silva (2003), a Teoria Crítica e Pós-crítica do Currículo investigam os motivos da seleção de alguns conteúdos, favorecendo uns e preterindo outros. A exemplo disso discorre sobre a necessidade dos conteúdos estarem próximos da realidade dos estudantes, para que estes adquiram a consciência do seu papel e de sua representação na realidade em que se inserem.

Nesta acepção, percebemos a necessidade de um debate mais aprofundado diante das identidades “criadas”, legitimadas e/ou deslegitimadas dentro da lógica colonialidade e as desigualdades geradas, sobre o papel do currículo e sobre a responsabilidade do ensino, para que seja possível a observação crítica das estruturas de poder e seus reflexos nas formas de representação e de exclusão social.

Assim, a perspectiva decolonial do currículo escolar traz tensões diante da necessidade de se produzir algo novo, partindo de um outro olhar, de diferentes ângulos que ponderem as relações de poder, o privilégio e a subalternidade, buscando assim a superação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, com o intuito de promover a ruptura epistemológica necessária ao considerar a nossa realidade interna, visando a compreensão crítica das especificidades dos diferentes grupos étnico-raciais e seus processos.

O trato pedagógico da questão racial

Diversos questionamentos surgem e trazem consigo variadas inquietações ao pensarmos sobre como tratar/trabalhar as questões raciais por meio da prática e, mais especificamente, pensaremos sobre a seguinte questão: Como podemos tratar pedagogicamente os conteúdos das questões raciais nas salas de aula? Buscamos refletir acerca de tal questionamento com base nas Orientações e Ações para a

Educação das relações étnico-raciais do MEC - Ministério da Educação e Cultura, de 2006.

Com base neste estudo verificamos que as questões raciais têm de ser exploradas e contextualizadas durante todo o ano letivo, em uma perspectiva multidisciplinar do ensino, em paralelo com a realidade dos indivíduos, por meio de diferentes abordagens, já que tais conteúdos não devem se restringir a períodos eventuais.

Neste sentido, o trato referente às questões étnico-raciais deve ser significativo, apresentar objetivos claros de reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro, estabelecendo conexões, despertando a consciência do alunado e aprofundando seu conhecimento em relação às diferentes áreas de nossa história e da nossa realidade; áreas que carregam fortíssimas influências da cultura negra desde as contribuições sociais, econômicas, intelectuais, dentre outros. Devemos superar a redução do legado negro às esferas da alimentação, vestimentas, costumes e rituais, ampliando e, ao mesmo tempo, apurando esse olhar para sobre outras áreas e contribuições.

O fazer pedagógico deve estar pautado na realidade cotidiana dos estudantes, a abordagem sobre a diversidade étnico-racial deve também estar relacionada às questões atuais e a observações próximas e gerais, coletivas e individuais, como forma de possibilitar a ação reflexiva destes indivíduos. E assim, estes sujeitos possam perceber a realidade em que estão inseridos enquanto sujeitos que sofrem e exercem influência, buscando intervir nesta realidade e agir pela sua transformação com base no acesso à aprendizagem significativa.

A escola, em uma perspectiva ampla, deve buscar romper, combater e problematizar a visão etnocêntrica de mundo que dá origem a preconceitos e estereótipos. Neste intuito, o fazer pedagógico, aliado ao saber científico, pode oportunizar a sensibilização do olhar dos estudantes acerca do processo histórico de nosso país, ao fomentar a visão crítica sobre o papel, valorização/desvalorização e apagamento dos diferentes grupos. De acordo com Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra [...]. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu

modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Neste sentido, o currículo escolar deve trazer ao debate a contribuição dos diferentes povos, refletir sobre as opressões, lutas, resistência, processos de marginalização, incorporando, de fato, o histórico e a cultura do povo negro à compreensão de nossa sociedade. O conteúdo escolar pode e deve explorar esses processos, na tentativa de gerar o entendimento sobre as desigualdades existentes, as condições sociais impostas e a conexão destas com o racismo, o preconceito e a discriminação.

Para tanto, os recursos e materiais didáticos devem ser observados criteriosamente, com o objetivo de reproduzirem estereótipos pejorativos, e conseqüentemente, os preconceitos decorrentes. Em contrapartida, o tratamento crítico e questionador do material disponível pode oportunizar o fortalecimento das identidades, a aceitação e o respeito ao pertencimento racial, bem como o reconhecimento da diversidade racial que é característica de nossa sociedade.

Descortinamos assim, que, os desafios para práticas conscientes e transformadoras são variados, e necessitam não apenas de um olhar sensibilizado e crítico, como também de uma formação sólida, que possibilite o olhar reflexivo sobre os materiais disponibilizados, sobre a produção dos mesmos e sobre as abordagens possíveis. Para tanto, é necessário pensarmos diferentes alternativas, refletirmos sobre a formação docente e sobre as estratégias pedagógicas, para que sejam elaborados suportes eficazes que tornem possível uma educação antirracista.

Considerações finais

Em vista dos argumentos apresentados, concluímos que o aprofundamento e a problematização da educação para as relações étnico-raciais, por parte das instituições de ensino, é um importante passo, à medida em que fortalece o perfil transformador da educação e da escola. Isto ocorre por meio de mecanismos capazes de agir para o fortalecimento da identidade de estudantes negros, e para a conscientização de alunos não-negros, a partir de iniciativas que busquem a superação do racismo. Assim, é

possível fazer uma leitura e análise do ambiente, e do currículo escolar, propondo significativas mudanças no fazer pedagógico.

A desconstrução de preconceitos e estereótipos, e a promoção de diferentes estratégias de combate, são questões urgentes em nossa sociedade, assim como o reconhecimento de que as desigualdades sociais e raciais sempre contribuíram para a marginalização da população negra, expondo-a aos mais diferentes problemas sociais que também são frutos de uma estrutura racista. Neste viés, a educação das relações étnico-raciais, a legislação que a fundamenta, e seus avanços, precisam ser explorados e multiplicados por meio de mecanismos e estratégias que possibilitem sua efetivação, para que ocorra a promoção de uma educação antirracista.

Dessa forma, faz-se necessário que ocorra o envolvimento de todos os sujeitos envolvidos na instituição escolar, para que possamos desenvolver coletivamente a consciência acerca de nossa pluralidade, e assim, conceber as salas de aula enquanto um rico campo reflexivo de embates e diálogos, que devem e precisam sensibilizar os nossos educandos e educadores sobre o respeito, valorização e reconhecimento de um povo, em prol de uma sociedade melhor e mais justa.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2018.

ALCOFF, Linda M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e estado**. Brasília, n.1, v. 31, Jan-Apr 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BORGES, Rosane S. Novas narrativas, educomunicação e relações raciais: um campo possível para o exercício da alteridade. **Educere et Educare** (versão eletrônica), v. 10, p. 741-756, 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Publ. DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Publ. DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Publ. 09 jan 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm . Acesso em junho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publ. 20 set 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em junho de 2022.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de Março de 2008.** Altera a Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Publ. 10 mar 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em junho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Novembro de 2009. Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em junho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em junho de 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Periódico Tempo**, Rio de Janeiro, Vol.12, N. 23, p. (100 a 122) 2007.

JONES, C. P. Confronting institutionalized racism. **Phylon**, Atlanta, v. 50, n. 1, p. 7-22, 2002.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. 2 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**. MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Organizadores.). São Paulo: Cortez, 1995. pp. 7-38.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. MEC/ Secad, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Edição. n. 37 (17): (2002). **Revista Novos Rumos** ISSN 0102-5864.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.